

27/11/2012

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 113.476 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. ROSA WEBER</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: SILVANA APARECIDA DE MATOS</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: RELATOR DO RESP 1185172 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. TENTATIVA DE FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. VALOR SIGNIFICATIVO DA RES FURTIVA. INAPLICABILIDADE.

Não é insignificante crime de furto que tem por objeto bens de valores significativos, superiores ao salário-mínimo da época dos fatos. A pertinência do princípio da insignificância deve ter presente o resultado pretendido pelo agente, já que, do contrário, todo crime tentado seria insignificante pela ausência de lesão consumada ao bem jurídico protegido. *Habeas corpus* denegado.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em indeferir a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da relatora.

Brasília, 27 de novembro de 2012.

Ministra Rosa Weber  
Relatora

27/11/2012

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 113.476 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. ROSA WEBER</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: SILVANA APARECIDA DE MATOS</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: RELATOR DO RESP 1185172 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

**RELATÓRIO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de medida liminar impetrado pela Defensoria Pública da União em favor de Silvana Aparecida de Matos contra julgamento monocrático do REsp 1.185.172/RS no Superior Tribunal de Justiça.

Consta dos autos que a paciente foi denunciada pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul como incurso nas sanções do art. 155, *caput*, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal, pela tentativa de furto de 06 (seis) blusas femininas da marca Lezalez avaliadas em R\$ 824,60 na loja Open Moda Jovem, localizada no centro de Caxias do Sul/RS.

A Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Bento Gonçalves absolveu sumariamente a acusada por considerar atípica a conduta por ela perpetrada, com fundamento no art. 397, III, do Código de Processo Penal c/c o art. 17 do Código Penal.

Posteriormente, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul negou provimento à apelação acusatória e manteve a sentença absolutória.

No Superior Tribunal de Justiça, a Ministra Laurita Vaz, relatora do Recurso Especial 1.185.172/RS, com esteio no art. 557, § 1º-A, do CPC c/c art. 3º do CPP, deu provimento ao recurso para, cassando o acórdão recorrido e a sentença absolutória, determinar o retorno dos autos ao juízo de primeiro grau para, afastadas as teses de crime impossível e de crime de bagatela, prosseguir no julgamento do feito.

Neste *writ*, a Impetrante defende a tese de aplicação do princípio da

**HC 113.476 / RS**

insignificância ao caso para reconhecimento da atipicidade delitiva, sobretudo por consistir a conduta da paciente em tentativa de subtração de 6 blusas femininas no valor de R\$ 824,00.

Requer o deferimento da medida liminar para a imediata aplicação do princípio da insignificância com a consequente absolvição da paciente. No mérito, pugna pela confirmação da liminar.

Indeferi o pedido liminar em 04.6.2012.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Edson de Oliveira Almeida, opinou pela denegação da ordem.

**É o relatório.**

27/11/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 113.476 RIO GRANDE DO SUL

VOTO

**A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora):** Cuida-se de pedido de aplicação do princípio da bagatela e, por conseguinte, de reconhecimento da atipicidade da conduta da paciente que tentou subtrair seis blusas no valor de de R\$ 824,00 (oitocentos e vinte e quatro reais).

Esta Suprema Corte tem admitido a aplicação do princípio da insignificância em casos envolvendo crimes de pequena dimensão.

A conduta delitiva seria tão diminuta que não afetaria materialmente o bem jurídico protegido pela norma penal, sendo atípica da perspectiva material.

Tal entendimento encontra-se consubstanciado em diversos acórdãos desta Suprema Corte:

*A tipicidade penal não pode ser percebida como o trivial exercício de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade, é necessária análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto, no sentido de se verificar a ocorrência de alguma lesão grave, contundente e penalmente relevante do bem jurídico tutelado.” (HC 109.739/SP – Rel. Min. Carmen Lúcia – 1ª Turma do STF – un. - j. 13.12.2011 – Dje-032, de 13.02.2012)*

*“O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina. Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica,*

**HC 113.476 / RS**

*no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público. (RHC 107264/DF – Rel. Min. Celso de Mello – 2ª Turma – un. – j. 19.04.2011 – Dje-232, de 06/12/2011)*

A doutrina majoritária também tem se posicionado no sentido de que o princípio da insignificância afeta a tipicidade material. Por todos, considerando a torrencial doutrina existente sobre o tema, cito o eminente e saudoso Ministro Francisco de Assis Toledo:

*“Note-se que a gradação qualitativa e quantitativa do injusto referida inicialmente (supra, n. 123), permite que o fato penalmente insignificante seja excluído da tipicidade penal, mas possa receber tratamento adequado – se necessário – como ilícito civil, administrativo etc., quando assim o exigirem preceitos legais ou regulamentares extrapenais.” (TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de Direito Penal. 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 2002, p. 134).*

O princípio da insignificância também pode ser invocado como decorrência dos princípios da proporcionalidade ou da razoabilidade. Impor prisão ou condenação criminal por crimes de diminuta dimensão não se justificaria por sua desproporcionalidade.

Invocando a insignificância como consequência do princípio da proporcionalidade, encontram-se alguns julgados desta Corte, entre eles o seguinte da lavra do eminente Ministro Ayres Britto:

*“Reiteradas vezes este Supremo Tribunal Federal debateu o tema da insignificância penal. Oportunidades em que me posicionei pelo reconhecimento da insignificância penal como expressão de um necessário juízo de razoabilidade e proporcionalidade de condutas que, embora formalmente encaixadas no molde legal-punitivo, materialmente escapam desse encaixe.” (HC 109.277/SE – Rel. Min. Ayres Britto – 2ª Turma – un. – j. 13.12.2011 – DJe-036, de*

**HC 113.476 / RS**

17.2.2012).

De todo modo, qualquer que seja a base jurídica para a aplicação do princípio da insignificância, a pontual atenuação do rigor da lei em crimes de diminuta expressão é medida necessária sob pena da criação de situações de acentuada injustiça e da incômoda sensação de identificação da Justiça e do acusado com os personagens literários Inspetor Javert e Jean Valjean, da obra imortal de Victor Hugo.

No caso presente, não tem lugar o princípio da insignificância, pois não pode ser considerado ínfimo o furto de objetos cujo valor é expressivo. A paciente tentou furtar seis blusas avaliadas em R\$ 824,00, quase o dobro do salário-mínimo vigente à época - R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais). O fato de o crime ser tentado não tem o condão de afastar essa conclusão, pois a pertinência do princípio da insignificância deve ter presente o resultado pretendido pelo agente, já que, do contrário, todo crime tentado seria insignificante pela ausência de lesão consumada ao bem jurídico protegido.

A respeito da inaplicabilidade do princípio da insignificância quando expressivo o valor da *res furtiva*, transcrevo o seguinte precedente desta Corte:

*Habeas corpus*. Penal. Furto qualificado na modalidade tentada. Artigo 155, § 4º, inciso IV, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal. Alegada incidência do postulado da insignificância penal. Inaplicabilidade. Valor do bem equivalente a praticamente 2/3 (dois terços) do valor do salário mínimo vigente à época dos fatos. Precedentes. Ordem denegada. 1. Na espécie, não se considera de reduzida expressividade financeira o valor do bem que o paciente tentou subtrair - avaliado em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais -, se levado em conta que o valor do salário mínimo vigente à época era de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta) reais. 2. Conclui-se, portanto, que o valor do bem que o paciente tentou subtrair era equivalente a praticamente 2/3 (dois terços) do valor do salário mínimo vigente à época dos fatos. 3. Conforme já decidiu esta

**HC 113.476 / RS**

Corte, a aplicação desse princípio “poderia significar um verdadeiro estímulo à prática destes pequenos furtos, já bastante comuns nos dias atuais, o que contribuiria para aumentar, ainda mais, o clima de insegurança hoje vivido pela coletividade” (HC nº 109.081/RS, Segunda Turma, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 29/9/11). 4. Ordem denegada. (HC 108.330/RS, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 25.4.2012).

Assim, inaplicável à espécie o princípio da bagatela em face do valor considerável da *res furtiva*.

Ante o posto, denego a ordem de *habeas corpus*.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 113.476**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

**RELATORA : MIN. ROSA WEBER**

PACTE.(S) : SILVANA APARECIDA DE MATOS

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S) (ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S) (ES) : RELATOR DO RESP 1185172 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** A Turma indeferiu a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Dias Toffoli, Presidente. Presidiu, este julgamento, o Senhor Ministro Marco Aurélio. 1ª Turma, 27.11.2012.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux e Rosa Weber.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma